UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUEIROZ"

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA

LES 0269 - TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS À GESTÃO AMBIENTAL

Discentes: Ana Paula Zanibão

 Ariane Silveira

Júlia Belloni Garcia

Lais Jimenez

Wesley Santos

**Resumo referente ao texto "Participação e Teoria Democrática" de Carole Pateman**

**I**

 No final da década de 1960, foi possível detectar uma maior utilização popular do termo "participação", em decorrência de uma onde de reivindicações, principalmente, por parte de estudantes, que aclamavam por novas áreas de participação na educação superior, e de grupos que almeijavam à implementação de seus direitos. Tais questionamentos, portanto, criaram uma necessidade de se estudar a posição da participação no contexto do modelo de democracia atual.

 Pensadores modernos afirmam que duas características confirmam os motivos pelos quais a participação das pessoas na democracia deve ser limitada. A primeira delas está relacionada à urgência de revisar drasticamente as propostas dos teóricos clássicos, que pregavam a máxima participação popular. A segunda, por sua vez, demonstra preocupação com o sistema político e os pré-requisitos essenciais para a manutenção da estabilidade, o que faz com a democracia com base nesses fundamentos/características seja implantada, em resposta à sociologia política e à emergência de Estados totalitários, no século XX. Dessa forma, embora a democracia enquanto governo do povo (máxima participação popular) seja um ideal, há dúvidas, posta em evidência em nome da ciência social, que parecem ter sido levantadas quanto à possibilidade de se colocar esse ideal em prática.

 Atualmente, teóricos afirmam que a visão clássica do homem democrático constitui uma ilusão sem fundamentos, ao mesmo tempo que o aumento participativo poderia acabar com a estabilidade do sistema, considerando-se a perspectiva das atitudes políticas. Utilizam também o argumento de que as teorias clássicas eram normativas e carregadas de valor, enquanto que estudos mais recentes são científicas e empíricas, logo mais confiáveis.

 Entretanto, Joseph Schumpeter, antes mesmo da nova onda de informações empíricas disponíveis em política, colocou em evidência um definição nova e realista de democracia, que se revelou importante para teorias posteriores. Para ele, democracia é um método político, isto é, um arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, sendo dissociada de quaisquer ideias ou fins. Utilizou-se do método de "doutrina clássica" para elaborar sua teoria, de modo que buscou examinar as deficiências e propor alternativas à democracia. Mais tarde, apresentou uma versão mais completa de sua teoria, afirmando que os indivíduos apresentam poder de decisão utilizando uma luta competitiva por votos do povo. Assim, a competição por liderança, de acordo com este argumento, passou a ser a distinção entre democracia e os demais métodos políticos, sendo qualquer pessoa livre para competir por votos.

**II**

 A teoria política de Rousseau apóia-se na participação individual de cada cidadão no processo de tomada de decisões, sendo a participação responsável por provocar um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma relação contínua entre o funcionamento das instituições políticas e as qualidades e atitudes dos indivíduos que interagem dentro delas.

 Segundo Rousseau, no entanto, alguns requisitos eram essenciais para se atingir o sistema político participativo ideal. Em primeiro lugar, afirmava que algumas condições econômicas eram fundamentais, tais como igualdade e independência econômica. Para ele, deveria existir uma situação em que "nenhum cidadão fosse rico o suficiente para comprar o outro e em que nenhum fosse tão pobre que tivesse que se vender". A partir dessas condições, os cidadãos poderiam se agrupar como indivíduos iguais, independentes e ao mesmo tempo interdependentes, uma vez que a realização de uma atividade depende da cooperação de todos ou da maioria.

 O processo participativo assegura que a igualdade política seja efetivada em espaços de tomada de decisão. Nesse quadro, a vontade geral é sempre justa, no sentido de que os interesses individuais são protegidos ao mesmo tempo que se cumpre o interesse público. Rousseau considerava que a melhor situação para decisões seria a que contasse apenas com indivíduos e não com a participação de grupos organizados.

 A análise do ponto de vista de Rousseau permite concluir que a participação, em seu sistema, ocorre em momentos de decisão, e que constitui um modo para proteger interesses privados e assegurar um bom governo. Seu sistema ideal é concebido para desenvolver uma ação resposável, individual, social e política como resultado do processo participativo. Além disso, trata-se de um sistema auto-sustetável, uma vez que quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna apto a fazê-lo.

 A participação também está diretamente relacionda ao conceito de liberdade, pois o ato de participar dá ao indivíduo um grau bem real de controle sobre seu curso de vida e sobre a estrutura do meio em que vive. Finalmente, Rousseau segere que a participação também tem a finalidade de integração, à medida que fornce a sensação de que cada indivíduo isolado pertence à sua comunidade.